



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
LICENCIATURA EM BIOLOGIA À DISTÂNCIA**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA UM DIREITO A DIVERSIDADE

Jaqueline Fonseca Manzan

Formosa – GO, 2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
LICENCIATURA EM BIOLOGIA À DISTÂNCIA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA UM DIREITO A DIVERSIDADE

Jaqueline Fonseca Manzan

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Biologia da
Universidade de Brasília, como parte dos
requisitos a obtenção do título de Licenciada em
Biologia.*

Orientadora: Esp. Aline Gonçalves de Siqueira

Formosa – GO, 2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
LICENCIATURA EM BIOLOGIA À DISTÂNCIA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA UM DIREITO A DIVERSIDADE

Jaqueline Fonseca Manzan

Formosa – GO, 2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem Ele, nada seria possível.

A minha mãe e irmãs, pelo esforço, dedicação e compreensão, em todos os momentos desta e de outras caminhadas.

Ao meu namorado, Rone Lélío de Moura, por sua contribuição, incentivo, cooperação e apoio.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível:

A Deus, que esteve durante toda essa caminhada de mãos dadas comigo, me guiando pelo caminho certo, me ajudando a superar todas as dificuldades.

A meu namorado, Rone Lélío de Moura, por acrescentar razão e beleza aos meus dias, além da ajuda e conselhos durante a monografia.

A minha mãe e irmãs, pelo exemplo, amizade e o carinho.

Também agradeço aos colegas que me apoiaram e contribuíram no decorrer de nossas conversas.

A minha professora orientadora, Aline Gonçalves de Siqueira, pelo auxílio e disponibilidade de tempo, sempre com uma simpatia contagiante.

EPÍGRAFE

“A igualdade foi inventada porque os humanos não são idênticos”.
(François Jacob, 1979)

RESUMO

O objetivo do trabalho é conscientizar as pessoas da importância da inclusão de pessoas com deficiência instigando o modo lúdico como principal forma de desenvolvimento. Neste, incluem-se o valor da família, a influência do ambiente físico e social, os conceitos de estimulação precoce e a importância da escola e do lúdico no ensino. É importante mudarmos nossas atitudes diante do preconceito. A sociedade por muitos anos rotulou as pessoas com deficiência. Atualmente as leis asseguram o direito a todos de não serem submetidos a ofensas em função de sua deficiência, e já vem sendo estabelecidos progressos, visto o interesse que se tem em dar uma vida normal para essas pessoas dentro de suas potencialidades. Não existem fórmulas prontas para o ensino, entretanto, sabe-se que o ambiente lúdico pode constituir-se num elemento importante para o ensino e o desenvolvimento das pessoas. Através dos jogos, os alunos aprendem como integrar e interagir no meio social do qual fazem parte. Os jogos contextualizados, além de levarem a compreensão, reflexão e conhecimento, promovem o raciocínio lógico nos mesmos. Nas pessoas com deficiência, também é notório esse desenvolvimento, principalmente por elas aprenderem mais com o real do que com o abstrato. Por isso, são necessários professores qualificados e preparados para trabalhar com as dificuldades encontradas em sala de aula.

Palavras chaves: Conscientizar, Deficiência, Inclusão, Educação.

ABSTRACT

This monograph has the aim of making people aware of the importance of including disabled people, instigating the ludic as the principal strategy of development. It is included in it the value of family, the influence of the physical and social environment, the conceptions of earlier motivation and the importance of the school and the ludic in teaching. It is important to change our attitudes facing prejudices. For many years, the society labeled the disabled people, but nowadays the laws guarantee the rights to everyone not to undergo offenses due to their disability. Progress has been achieved, once there is interest in providing a normal life to all those people according to their abilities. There are no recipes for teaching, but, it is known that the ludic environment may constitute an important way of teaching people. By using games, students learn how to socialize. The contextualized games, make it possible for the students to understand, reflect, learn and also promote logical reasoning. This kind of development is also noted in disabled people, mainly because they learn more with the real thing than with the abstract ones. That is why it is necessary to have well prepared teachers to work with the difficult situations in classes.

Keywords: make aware, disability, inclusion, education

SUMÁRIO

RESUMO	I
ABSTRACT	II
INTRODUÇÃO.....	09
2. OBJETIVOS.....	10
2.1. Objetivo Geral.....	10
2.2. Objetivos Específicos.....	10
3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	11
3.1 Sou humano.....	11
3.2 Acessibilidade nos estabelecimentos de ensino.....	13
4. FAMÍLIA.....	15
4.1 Ambiente físico e social.....	17
5. ESTIMULAÇÃO PRECOCE.....	19
6. A ESCOLA.....	21
7. O LÚDICO.....	27
8. METODOLOGIA.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	31

INTRODUÇÃO

A capacidade que uma cultura tem de lidar com as heterogeneidades que a compõem tornou-se uma espécie de critério de avaliação de seu estágio evolutivo, especialmente em tempos de fundamentalismo e intolerâncias de todas as ordens como esta em que vivemos. Então, a inclusão social deixa de ser uma preocupação a ser dividida entre governantes, especialistas e um grupo delimitado de cidadãos com alguma diferença e passa a ser uma questão fundamental da sociedade. O maior desafio a ser ultrapassado ainda hoje é o preconceito e a discriminação. Todo ser humano é resultado de sua carga genética juntamente com a educação e o meio que se vive, devemos expandir nossa consciência social, para que todos vivam em igualdade, respeitando as diferenças. Todas as pessoas têm o direito de serem respeitadas, independente de suas dificuldades.

A família tem um papel muito importante no desenvolvimento da pessoa com deficiência, principalmente como agente estimulador, visto que programas de estimulação precoce é mais bem desenvolvido quando acompanhado pelos familiares, pois um ambiente desafiador estimula o desenvolvimento intelectual da criança, desenvolvendo suas habilidades. Quanto antes melhor para a iniciação do estímulo precoce, assim terão maiores chances de conhecer e interpretar o mundo.

Não menos importante está a escola que vem introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico. Com o aluno com deficiência devem-se mudar a metodologia de ensino, tendo a consciência da heterogeneidade existente em uma sala de aula, sendo levadas em consideração às dificuldades particulares de cada aluno. Os alunos aprendem mais fácil com a observação e o lúdico, construindo as capacidades e potencialidades da criança. Para minimizar as dificuldades em sala podemos contar com apoios pedagógicos diversificados, recursos que podem ajudar no desenvolvimento do ensino aprendizagem. Se o contexto for pouco significativo não terá resultados para a aprendizagem. Para isso é necessária a qualificação dos professores, para saber o que fazer e como fazer para que os alunos se desenvolvam e aprendam.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Conscientizar da inclusão de pessoas com deficiência, instigando o respeito pelas diferenças e mostrando a importância do lúdico no desenvolvimento do raciocínio.

2.2. Objetivos Específicos

Reconhecer a importância da inclusão social da pessoa com deficiência.

Mostrar o papel da família no desenvolvimento.

Indicar o desenvolvimento cultural, científico e social através da escola.

Analisar a estimulação precoce.

Mostrar a importância da inclusão.

Apresentar o desenvolvimento do aprendizado.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Todas as pessoas têm o direito de não serem submetidas a uma ofensa em função de sua deficiência. É o que garante a convenção internacional para a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência, conhecida como Convenção da Guatemala.

O Brasil é signatário dessa convenção, documento aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo 198, de 13 de junho de 2001, que deu origem ao Decreto 3956, de 8 de outubro de 2001, assinado pela Presidência da República. Pela primeira vez, então, foi explicitado em lei o que é discriminar com base na deficiência.

Essa convenção não é o ápice dos Direitos Humanos, mas é uma plataforma de princípios a ser defendida por cada cidadão na busca de um novo tempo no qual nós possamos ter lucidez suficiente para refletir sobre as nossas absurdas formas de pensar a espécie a qual pertencemos. Adolescentes brasileiros continuam sendo educados para ter desfigurado o seu conceito natural de humanidade. A maioria cresce acreditando, a exemplo de seus pais e educadores, que pessoas com deficiência são um deslize da natureza.

Nem mesmo o conhecimento das legislações nacionais e internacionais disponíveis garante a alguém à percepção correta de seu valor humano, pois as pessoas com deficiência, por exemplo, são tão mal preparadas para lidar com sua humanidade como aquelas sem deficiência. Devemos expandir a consciência social dos adolescentes e jovens brasileiros para que nela caibam todos os humanos.

3.1 Sou humano

Cada cidadão, com um mínimo de princípio, deve defender o direito de todos de viver com igualdade, na busca de um novo tempo, no qual respeitemos as diferenças. O texto abaixo extraído do livro “Você é gente? O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano”, de Claudia Werneck¹, retrata esse princípio:

¹ Jornalista; Escritora; Especialista em Comunicação e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz; Fundadora da Organização da Sociedade Civil Escola da Gente.

De que modo se sente uma pessoa quando o mundo não reconhece como humano o seu modo de falar, de se expressar, de andar, de se locomover, de ver, de não ver...? Que tipo de olhar somos capazes de enviar a alguém quando notamos, em qualquer parte de seu corpo, algo que imediatamente desencadeia em nossas mentes um processo para ressignificá-lo, para rever seu valor humano e, na sequência, atribuir-lhe um valor de "menos humano"?

Pode ser uma prótese no lugar do olho, um braço que não existe mais, a mancha grande e cabeluda na face. O quanto revela de nós esse olhar, ao outro, que ao mesmo tempo é analítico, julgador e envergonhado? Envergonhado porque tenta apagar vestígios do obscuro ritual que se passa em nosso íntimo. Não que esse processo de avaliar quem é mais humano ou menos humano, mais normal ou menos normal, seja consciente, mas o constrangimento que ele naturalmente gera, sim. O constrangimento reflete uma verdade pouco nobre e bem escondida: somos educados para acreditar que existe uma hierarquia entre condições humanas.

Seríamos então um composto de percentuais variados de humanidade e devemos lidar com esta informação sem traumas?

Bebês nascidos com síndromes genéticas são menos humanos do que outros cujos cromossomos estão em número e tamanho "corretos"?

Alguém sem pernas é apenas 60% humano?

Idosos com doenças neurológicas degenerativas perdem a cada dia sua humanidade a ponto de se tornarem girafas, moscas, plantas carnívoras?

Uma pessoa cega seria menos gente se analisada sob um hipotético "Quadro Classificatório de Condições Humanas"?

Jovens surdos, principalmente aqueles que se expressam unicamente pela Libras, a Língua de sinais brasileira, têm menos valor humano do que os demais, jovens ouvintes que falam apenas o português?

Embora a tendência seja a de responder um NÃO categórico e ofendido a essas perguntas, nossas práticas diárias denunciam o contrário. Refiro-me a formas sutis de discriminação que, mesmo com o propósito de valorizar pessoas com deficiência, acabam segregando-as cada vez mais. O simples fato de considerá-las especiais já as distancia do gozo incondicional dos Direitos Humanos, gozo que antecede qualquer norma nacional ou internacional.

É aflitivo constatar a naturalidade com que nos exercitamos em atribuir um sinal "positivo" ou "negativo" para diferentes condições e características humanas. Isso até em pronunciamentos públicos considerados meritórios e conseqüentes pela população.

Por exemplo: como nos posicionamos diante de relatos como o que vem a seguir?

No começo da guerra dos Estados Unidos e da Inglaterra contra o Iraque, em março de 2003, a televisão brasileira veiculou uma campanha a favor dos Direitos Humanos. Vários artistas se expressavam contra a guerra contundentemente. Um deles dizia algo mais ou menos assim:

"Eu sou contra a guerra, nós não precisamos da guerra, nós devemos resolver nossos conflitos através da palavra, da inteligência. Não é a fala que diferencia um ser humano de um animal irracional? Não é a inteligência que nos distingue dos animais?".

Em que medida este discurso atenta contra a própria concepção de Direitos Humanos?

Atenta ao considerar a fala e a palavra como pré-requisitos para pertencer ao conjunto Humanidade. Atenta ao considerar que pessoas com deficiência mental, por não terem todos os recursos do que se convencionou chamar de inteligência, não são seres humanos.

Como denunciar que uma campanha tão apropriada, se analisada sob a ótica do conceito de inclusão, foi discriminatória em relação a pessoas que não têm seu intelecto preservado ou a pessoas que não se utilizam do código do português para se expressar, como pode acontecer com pessoas surdas?

Caberá, então, a quem não fala lutar desesperadamente para falar, como a única saída para pertencer ao conjunto Humanidade e, assim, ao conjunto Sociedade?

Deverão as pessoas com comprometimento intelectual manter uma eterna sensação de débito, de falha, de menos valia em relação a quem não tem deficiência mental?

É justamente tudo isso o que o senso comum pressupõe, mas o mesmo não pode ser dito do conceito de inclusão.

Essa conversa está longe de ser uma abstração.

(Claudia Werneck, 1997)

3.2 Acessibilidades nos estabelecimentos de ensino

Quem nasce de um ser humano é um ser humano com o mesmo valor. Nascemos, portanto, incluídos no *Homo sapiens*. Algo pode ser mais simples de ser entendido? Diariamente, por termos uma concepção de ser humano minimizado, tomamos decisões inadequadas, das mais corriqueiras às mais estruturais. Temos avançado pouco quando o assunto é gente.

Quem de nós costuma avaliar se o tamanho das portas dos banheiros das organizações que trabalhamos permite a entrada de uma pessoa em cadeiras de rodas? Quem tem a preocupação de garantir que seus sites sejam construídos com acessibilidade para programas de voz utilizados por pessoas cegas? Que agências financiadoras, nacionais e internacionais, pelo menos hesitam em apoiar projetos de educação que não incluam, explicitamente, todos os jovens seres humanos, incluindo aqueles com deficiência? Não apenas os alunos com deficiência física, mas alunos com qualquer tipo de deficiência. O fato não é apenas contratar intérpretes de libras ou disseminar o material de mobilização do projeto braile. Será que está prevista ou não a presença de qualquer jovem nos projetos de educação?

A luta pela acessibilidade teve início há mais de 20 anos, em 1981, quando foi declarado pelas Nações Unidas o Ano Internacional dos Portadores de Deficiência. Em 3 de dezembro de 1982, pela Resolução 37/52, da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi aprovado o Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência, que ressaltou o direito de as pessoas com deficiência terem as mesmas oportunidades que os demais cidadãos e de desfrutarem, em condições de igualdade, das melhorias nas condições de vida resultantes do desenvolvimento econômico e social.

O impedimento está em função da relação entre as pessoas com deficiência e seu ambiente, o impedimento do aprendizado e do desenvolvimento da capacidade não está na pessoa, mas sim na sua relação com o ambiente. Portanto, é o meio que é deficiente, não possibilitando acesso a todas as pessoas, não lhes proporcionando a equiparação de oportunidades. O que é definido como processo mediante o qual o sistema geral da sociedade, como o meio físico e cultural, moradia e transporte, serviços sociais e de saúde, oportunidades

de educação e de trabalho, vida cultural e social, incluindo instalações desportivas e de lazer torna-se acessível a todos.

As condições de acesso e utilização de todos os ambientes se aplicam a todos os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados. A acessibilidade deve ser garantida aos ambientes da área pedagógica, abrangendo salas de aula e de informática, laboratórios e salas de aula prática, bibliotecas e centros de leitura ou de multimídia, entre outros, bem como aos espaços administrativos como diretorias, secretarias, salas de professores, de coordenação e orientação pedagógica. Os ambientes como refeitórios, cozinhas, cantinas, sanitários e vestiários também devem ser acessíveis, devendo essa condição se estender, ainda às áreas esportivas e de recreação e às áreas culturais que compreendem desde quadras e ginásios esportivos, áreas de atletismo e de piscinas, pátios para recreação, áreas de convivência, grêmios e centros acadêmicos, até locais de cerimônias cívicas, auditórios e anfiteatros.

Os nossos preconceitos como também o senso de justiça, se originam de nossos pais, professores e sociedade, onde estes os receberam do mesmo tipo de fonte. Somos ensinados a excluir quem não é igual a nós. A mídia nos mostra a todo o momento quem são as pessoas bonitas e inteligentes, fazendo a exclusão de quem não se enquadra nos estereótipos apresentados. Nosso valor está muito a frente do que a riqueza, a inteligência, o sexo, e os adereços de nossas concepções sobre o sucesso.

As crianças com deficiência realmente têm dificuldade na aprendizagem, e quem não as têm? Isso não impede que tenhamos carinho com eles, pois é o significado verdadeiro do amor.

4. FAMÍLIA

Da união de forças de pessoas no mundo todo, nasceu a idéia de uma sociedade inclusiva. Organizando grupos, as pessoas com deficiência, seus amigos e familiares cobraram da sociedade a garantia de seus direitos, que se refere à saúde, educação, ao trabalho, ao esporte e ao lazer. A constituição de 1988 fez com que o Brasil avançasse na área de atenção às pessoas com deficiência. No entanto, o desafio é transferir esses direitos do papel para a vida diária dessas pessoas.

O nascimento de uma criança com deficiência pode provocar, inicialmente, reações como choque, rejeição, tristeza, raiva, decepção e desespero. O processo de adaptação a essa realidade costuma ser longo e doloroso. Estas reações são comuns no início, mas deve se conscientizar que a maneira como os pais aceita seus filhos deficientes tem uma enorme influência de como a sociedade os vai tratar.

Os pais ainda se perguntam “onde foi que eu errei?” Ficam procurando parentes distantes que tenham nascido com a deficiência. É preciso superar os sentimentos de culpa. A mãe e o pai, principalmente têm que agir como um agente estimulador das crianças. A gente tem medo do que não conhece, e quando a não conhecemos nos tendemos a nos afastar do problema. O envolvimento direto das famílias é muito importante, visto que a formação do cidadão começa em casa. São nas famílias que desenvolvem valores, hábitos e idéias sobre as coisas e o mundo, portanto a sociedade inclusiva começa nas famílias.

A família deve se conscientizar da importância da criança com alguma deficiência em freqüentar a escola comum, assim ela vai passar por muitas experiências novas aprendendo a agir, reagir, mudar sua forma de pensar, criar um jeito próprio de se relacionar com o mundo. O desenvolvimento também depende da integração com as outras crianças. A procura por escola deve ter início na educação infantil, como para toda e qualquer criança. As crianças aprendem a viver fora do círculo familiar ao qual estão acostumadas. Essa convivência vai trazer muitos benefícios para seu futuro, pois a escola, como um recurso da comunidade, representa a sociedade tal como ela é.

Deve ser acompanhado pela família o desenvolvimento de seu filho na escola, participando de reuniões e dando sugestões para melhoria das condições das escolas. Não se pode aceitar que uma criança com deficiência seja simplesmente colocada no mesmo espaço que as demais, sem que a escola se preocupe em atender suas necessidades educacionais

especiais. Ao mesmo tempo em que frequentam a classe comum, os alunos têm direito a um apoio pedagógico especializado, em outro horário, também tem direito aos recursos e materiais pedagógicos para facilitar e garantir o aprendizado do currículo escolar. A constituição de 1988 assegura igualdade de condições de acesso e permanência no sistema educacional para todos.

É importante que a escola respeite cada criança com seu jeito próprio de aprender, respeitando, dessa forma, seus interesses. O pai deve ficar atento ao trabalho feito na instituição que deve oferecer capacitação aos professores de classes comuns, serviço de apoio pedagógico especializado em período contrário ao período que o aluno frequenta a classe comum, condições de participação da família, como as reuniões de pais, projetos envolvendo a comunidade, como atividades recreativas, estudos de meio ambiente, dentre outros. É importante a família estar junto da escola, fazendo uma aliança com os profissionais, que são os médicos, professores, terapeuta, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, entre outros, dependendo da necessidade de cada criança, assim a família favorece a participação dos filhos em todos os espaços da comunidade. Essa aprendizagem é tão importante, quanto à capacidade de ler, escrever ou trabalhar, pois é na relação com os amigos que formamos nosso grupo e criamos nossa identidade.

A família é o educador principal, o desenvolvimento da criança com deficiência depende muito do envolvimento da família. A vida familiar representa um significativo cenário para o desenvolvimento afetivo-emocional e social de qualquer pessoa.

Uma política educativa que afirme que sobre o professor recaem as esperanças de melhoria da educação brasileira tem como único efeito situar o professor frente a um ideal que adquire mais a dimensão de um “fardo” a ser carregado solitariamente que de uma possibilidade a ser concretamente alcançada. Um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo o papel da família diante do processo de inclusão é fundamental e muitas vezes definitivo para o bom desenvolvimento da criança com deficiência. O desenvolvimento das crianças com deficiência se deve ao empenho da família, professores e até amigos, pessoas que acreditam no potencial delas, mesmo que os resultados demorem um pouquinho mais para aparecer.

Ao lado de uma pessoa com deficiência feliz e realizada, está uma família que soube procurar, reivindicar, buscar soluções, que soube administrar as questões da deficiência, que buscaram ajuda de profissionais, amigos, vizinhos e famílias com conhecimento ou experiências semelhantes, para a superação das dificuldades. A paciência, otimismo,

confiança e qualquer mudança, para ser alcançada, precisa do esforço conjunto de pessoas unidas por um mesmo objetivo.

4.1 Ambiente físico e social

Quando a criança é respeitada em suas características individuais ela aprende naturalmente. Quando estão em contato com as outras crianças, brincando e participando de seus desafios, elas aprendem a conhecer seus limites. Aí pouco a pouco desenvolvem sua potencialidade e descobrem a melhor maneira de se integrarem ao mundo.

O atraso que a criança com deficiência apresenta depende de dois aspectos: o grau do comprometimento intelectual e a condição do ambiente em que elas vivem. Um ambiente desafiador estimula o desenvolvimento intelectual da criança. É por isso que todas as pessoas com deficiência mental não se comportam da mesma maneira.

Atividades que estão tendo sucesso são os esportes (natação, capoeira,...), oficinas profissionalizantes, música, dança, brincadeiras, com essas e outras atividades a criança passa a perceber seu corpo e saber que ela existe. Ressaltando a dança que desafia as habilidades motoras dos alunos deficientes. Os relatos são gratificantes quanto ao resultado apresentado por essas crianças que se interessam ou tem a oportunidade de participar de grupos de danças, pois gera a oportunidade de vivenciar uma atividade corporal, desenvolve habilidades motoras, potencializa a ritmicidade, a afetividade, o convívio social e principalmente a inclusão.

Segundo a professora Juliana Castro (Instituto de dança Juliana Castro - Brasília-DF), que trabalha em seu instituto com pessoas com deficiência, diz “Eles respondem bem a tudo o que for proposto e do interesse deles, como qualquer pessoa. No desenvolvimento físico, cada dança tem a sua especificidade, como qualquer outro praticante a criança com deficiência será convidado a estimular, trabalhar e treinar o que a atividade requer, sendo desenvolvida a percepção corporal, noção espacial e temporal, lateralidade, concentração entre outras tantas. O lado psicológico também será estimulado com o convívio social, sendo aceito e conseqüentemente elevando sua auto-estima. Sem falar no lado social da inclusão, o lado intelectual desenvolve como todo o trabalho cognitivo que um novo aprendizado requer”.

As condições do meio em que a pessoa vive irão influenciar não só na educação como na sua saúde e desenvolvimento. Pessoas que vivem em locais sem saneamento básico e acompanhamento médico, sem estimulação e sem carinho e atenção da família, não irão

conseguir desenvolver suas habilidades, e se tornará um problema na escola, na família e sociedade, da mesma forma como aconteceria se essa criança não fosse deficiente.

Os limites no desenvolvimento das crianças com deficiência não estão firmemente estabelecidos e vão depender muito diretamente dos programas de estimulação precoce e educativos, o convívio familiar, o meio social e estrutural em que vive. O que está perfeitamente claro é que uma adequada atenção afetiva, educativa e social, aplicada desde os primeiros momentos sobre estas crianças, vai influenciar decisivamente no desempenho de suas potencialidades, geralmente subestimadas pelos meios sociais.

Vivemos num momento de trocas, de melhoras, no que se diz respeito à sensibilização diante a deficiência desde muitas perspectivas, entre elas a médico-científico, a qual se está fazendo com que as pessoas desfrutem, cada vez mais, de uma boa saúde e uma vida melhor e mais feliz.

O grau de deficiência de cada pessoa não é o mesmo, a capacidade em aprendizagem também não é igual. Devemos pensar em cada criança como um sujeito singular. É importante que todas as pessoas que trabalhem com indivíduos com algum grau de deficiência conheçam o potencial dele para que possam diferenciá-los dentro do mesmo tipo de deficiência. Podem ter potencial maior ou menor, pois a pessoa pode ser deficiente em uma área, mas pode ser extremamente eficiente em outra área.

5. ESTIMULAÇÃO PRECOCE

Quanto antes uma criança com deficiência mental ou com algum atraso em seu desenvolvimento for estimulada, mais chance terá de conquistar cada etapa de seu crescimento. Muitas crianças, se desde cedo, tivessem sido estimuladas precocemente e recebido uma educação apropriada, teriam melhores possibilidades de conhecer e interpretar o mundo.

O acompanhamento de algumas especialidades, como a fonoaudióloga, a fisioterapia, a terapia ocupacional, a psicologia, dentre outras, é essencial para a orientação dos pais sobre o melhor estímulo a ser dado aos seus filhos e, através de técnicas especializadas, desenvolvem suas potencialidades. O período antes do desmame é crucial para qualquer criança, e quanto mais cedo começar a estimulação, melhor será o desenvolvimento e adaptação ao mundo.

Existem alguns programas especializados a estímulos precoces em crianças que devem ser introduzidas na vida da criança com deficiência ainda bebês. Brincar é umas das melhores formas de estimular o desenvolvimento e o potencial de uma criança. Como todas as crianças, a criança com deficiência descobre um mundo que pode ser fascinante e criativo. Um mundo de faz de conta. Brincando as crianças aprendem. Para elas brincar é coisa muito séria. É brincando que a criança aprende a viver em sociedade, assimilar as regras de convivência, aprende normas que terá de cumprir. A pré-escola é o lugar onde a criança aprende a desenvolver a sociabilidade, e quando a criança é respeitada em suas características individuais ela aprende naturalmente. A socialização da criança começa em uma fase da vida onde fantasia e imaginação comanda o processo. Quando estão em contato com as outras crianças brincando e participando de seus desafios, elas aprendem a conhecer seus limites, aí pouco a pouco desenvolvem sua potencialidade e descobrem a melhor maneira de se integrarem ao mundo. Quanto mais cedo a integração melhor para criança, para sociedade e para outras crianças que não tem deficiência.

A estimulação precoce é uma oportunidade para a convivência familiar com a criança deficiente, dentro das tarefas diárias várias brincadeiras podem ser feitas para estimular o bebê e ajudá-lo a vencer etapas. A estimulação deve acontecer desde os primeiros dias do nascimento, estimulando o bebê durante o banho e a troca, no controle da cabeça (deixando-o de bruços), estimulando a linguagem (conversando sempre com ele), nos

primeiros passeios, quando for maior, dar brinquedos coloridos e interessantes para ele, estimulando-o a brincar com outras crianças, dentre várias outras coisas que podem ser acompanhadas e indicadas por especialistas.

As crianças com algum tipo de deficiência mental não apenas levam mais tempo para se desenvolver, mas precisam de um currículo mais diluído. Elas têm, em geral, um perfil de aprendizagem específico com pontos fortes e fracos característicos. Saber dos fatores que facilitam e inibem o aprendizado permite aos professores planejar, levar adiante atividades relevantes e significativas e programas de trabalho.

6. A ESCOLA

A escola é a instituição responsável pela passagem da vida particular e familiar para o domínio público. O conhecimento nela produzido é revestido de valores éticos, estéticos e políticos. Ela precisa assumir um compromisso com as mudanças sociais, com o aprimoramento das relações entre os concidadãos, com o cuidado e respeito em relação ao mundo físico e aos bens culturais que nos circundam. Mas acima de tudo, a escola tem a tarefa de ensinar os alunos a compartilhar o saber, os sentidos diferentes das coisas, as emoções, a discutir e trocar pontos de vista. É na escola que desenvolvemos o espírito crítico, a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões. Em suma, a escola comum tem um compromisso primordial e insubstituível: introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico, e todo o ser humano, incondicionalmente, tem direito a essa introdução.

Quando um menino ou menina com deficiência é incorporada em uma escola regular deve-se responder às suas necessidades educativas e os professores são responsáveis para responder a esta demanda. Embora muitas vezes, existe a falta de preparo e recursos para atender às necessidades desses alunos, a atenção adequada nas escolas para alunos com deficiências, depende principalmente da atitude de professores, em vez de seu conhecimento. Umhas atitudes positivas, juntamente com as adaptações necessárias para a formação e desenvolvimento são mais influentes no sucesso de integração escolar.

Existem diferentes opiniões a respeito do ensino tradicional, se ele pode satisfazer as necessidades dos alunos com deficiência. O ensino tradicional tem o professor como detentor do conhecimento e o aluno, um mero receptor do saber. Com o aluno deficiente deve-se mudar a metodologia de ensino, utilizando uma abordagem personalizada de intervenção e utilização de estratégias diversificadas, e sempre que possível utilizar de programações e adaptações curriculares pensando nas dificuldades particulares de cada aluno.

Para Dr Zan Mustacchi:

“A educação inclusiva, não é uma moda passageira. Ela é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores, no Brasil e no mundo. Não há receitas, as soluções vão sendo pesquisadas e construídas a partir da experiência, de observações, de conversas com familiares, especialistas e, principalmente, com o próprio aluno com deficiência”.

(Dr Zan Mustacchi, 1996)

Os professores de classe e professores de apoio devem se adaptar aos currículos necessários a educação especial. Uma adaptação curricular deve levar em consideração as

necessidades e características individuais dos alunos, seus interesses e motivações, seu estilo de aprendizagem, sua maneira de ser e fazer. Para o professor ensinar as crianças com deficiência, é necessário personalizar as metas, selecionando o que vai ser ensinado, deve-se estabelecer prioridades. Há um tempo limitado para fornecer o conhecimento ilimitado. O professor deve ser claro sobre o objetivo fundamental de ensino e preparar muitos recursos diferentes para alcançá-lo. Deve ser definidas metas de longo, médio e curto prazo, seleção de alvos que sejam mais importantes e necessários para a situação da vida da criança. No início do ensino deve ser favorecido o desenvolvimento de suas habilidades, como atenção, percepção, memória, compreensão, expressão, autonomia e socialização, sendo claro, ressaltando os objetivos do que está sendo trabalhado, escolhendo metas práticas, úteis, de aplicação rápida.

As adaptações curriculares dos indivíduos com deficiência, provavelmente se tornará cada vez mais significativo, com o passar dos anos. O professor deve ter o apoio da gestão, tutor, professor de apoio, serviços especializados e principalmente da família. É essencial o trabalho em equipe.

A gestão deve apoiar e incentivar a integração dos alunos com deficiência na hora de organizar a programação geral anual, personalizando os eventos e aulas, de acordo com os pontos fracos e fortes dos alunos. Nunca determinar o que eles vão começar a aprender, colocando limites de suas possibilidades educacionais, pois cada aluno tem seu momento individualizado de percepção e aprendizado, por isso não se deve generalizar a aprendizagem.

Na metodologia do trabalho o professor deve se livrar da tirania do livro, apresentando aspectos de aprendizagem multisensorial, fornecendo orientação para a ação, estratégias e formas de agir, sempre usando explicação mais direta e modelos diversificados ao invés de longas explicações. O aprendizado deve ir do concreto ao abstrato, sempre agir com flexibilidade, pois cada um progride em seu próprio ritmo, não podendo haver comparações. Em um grupo de alunos pode-se tomar orientações metodológicas onde irá atender às necessidades educacionais de alunos com deficiência, como também, toda a classe pode ser beneficiada com a metodologia aplicada.

- a** Pode ser estabelecido um tempo na aula onde sejam formados pares para apoio mútuo, para ajuda na lição de casa.
- b** Incluir atividades para fortalecer o planejamento, buscando novas estratégias para alcançar o mesmo aprendizado.
- c** Utilizar diferentes materiais e meio de trabalho para realização de um plano de variedade de atividades com a mesma finalidade.

- d** Criação de dois ou mais circuitos de aprendizagem para cada objetivo, onde proporciona a cada estudante a oportunidade de aprender conteúdos que não dominam.
- e** Desenvolver materiais de trabalho para cada unidade em diferentes níveis de dificuldade, podendo o aluno ter contato com esse material sem a intervenção constante do professor.
- f** Desenvolver uma pasta individual com atividades pendentes, reforço ou ampliação para cada aluno desenvolver suas dificuldades.
- g** Avaliar a possibilidade de incluir a intervenção coordenada e simultânea de dois profissionais com o grupo da mesma classe, para apoiar todos os alunos com dificuldade de aprendizado.
- h** Organizar grupos de reforço fora do horário, com os alunos com dificuldades semelhantes.
- i** Reorganizar e reagrupar os estudantes em sala de aula de acordo com seu nível para realização de atividades diferenciadas em várias disciplinas.
- j** Procurar limitar a exposição oral em sala de aula complementando sempre que possível com outras formas de trabalho.
- k** Apresentar atividades de curto prazo, através de um aprendizado baseado em jogos e diversão atraente.
- l** Adaptar materiais para cada nível de dificuldade.
- m** Proporcionar aos alunos a possibilidade de trabalhar com objetos reais utilizando informações diferentes de um texto escrito.
- n** No início permitir mais tempo para a realização de atividades, e pouco a pouco diminuir o tempo para a finalização.
- o** Para a socialização em sala de aula, não deve haver super proteção do aluno deficiente, deve ser tratado como os outros alunos sem deficiência, e sempre variar as distribuições dos grupos na realização de atividades.

Os alunos aprendem muito com a observação, por isso as atitudes dos professores devem ser modelo para os estudantes. A forma de se avaliar um aluno deficiente não deve seguir um critério, padrão externo, nem por comparação de pessoas que também é deficiente. É necessária uma avaliação contínua, observação e análise constante do processo e progresso. Deve sempre avaliar o lado positivo, pois as avaliações tendem a coletar uma lista de tudo o que o aluno não é capaz de fazer. Deve ser relatado se o aluno conseguiu atingir os objetivos definidos e em que medida cada um está para os pais saberem do seu desenvolvimento

escolar. As avaliações devem ser flexíveis e criativas, como por exemplo, táteis e visuais, também deve ser diárias de acordo com seu progresso.

Os pais são e sempre serão os principais responsáveis pela educação dos seus filhos. Não podendo se preocupar demais com o progresso e as conquistas, pois a negligência e omissão são tão perigosas como a demanda excessiva. Sobrecarregar esses alunos não é a melhor solução, deve-se ter paciência para ver resultados em seu desenvolvimento. A presença e o acompanhamento dos pais são essenciais no crescimento intelectual desses alunos, onde os pais devem deixar que façam coisas sozinhas, de acordo com o desenvolvimento e capacidade, para que desenvolvam confiança em si mesmo.

O ensino tradicional exclui pessoas que não tem as características ditas “normais” pela sociedade. O atraso e as dificuldades constantes das deficiências são apontados como barreiras intransponíveis, dada pela falta de capacidade da escola em atender a pessoa deficiente. Lamentavelmente a nossa estrutura educacional ainda não esta preparada para dar ao aluno especial, principalmente o aluno com deficiência mental o atendimento que ele precisa em uma classe de ensino regular. A escola hoje trabalha apenas as dificuldades das crianças, e esquece o potencial dela, do que ela é capaz.

O uso de equipamentos e tecnologias sofisticadas, sem dúvida, é uma situação ideal não só para alunos deficientes, mas para todos os alunos, mas é uma realidade distante da que vemos na maioria das escolas. A falta de qualificação de profissionais e das instituições para incluir, é uma das principais problemáticas, além de toda essa problematização a escola ainda reproduz os preconceitos da sociedade e não consideram as condições individuais dos alunos, afastando as crianças com deficiência da escola.

A escola tem um papel muito importante na vida da criança e do jovem. Ao entrar na escola, eles têm a oportunidade de conviver e de se relacionar com diferentes pessoas, aprendendo a perceber que todas têm características próprias, que nenhuma é igual à outra. Dessa forma, ele vai passar por muitas experiências novas e, assim, vai agir, reagir, mudar sua forma de pensar, criar um jeito próprio de se relacionar com o mundo. O desenvolvimento da criança deficiente depende da integração com as outras crianças.

Para Dr Zan Mustacchi:

“A educação inclusiva deve respeitar e dar valor a capacidade de cada aluno, criando condições para tal. Deve-se valorizar o potencial do aluno e não exaltar as dificuldades. Não se deve desistir do aluno, ao primeiro sinal de dificuldade. O segredo para o sucesso é o diálogo, buscar soluções práticas, envolver os gestores, familiares, terapeutas, enfim, todos devem discutir a melhor solução para a manutenção daquele aluno em sala de aula. É a escola que deve se adaptar para atender as necessidades das crianças e não o contrário”.

(Dr. Zan Mustacchi, 1996)

O ingresso da criança na escola, na educação infantil (creche e pré-escola) é de fundamental importância, por todos os aspectos físicos, sociais, emocionais e psicológicos, etapa ótima do desenvolvimento, que servirá de base para toda a sua vida futura. Atualmente, há uma tendência mundial de reconhecer os benefícios que uma escola inclusiva traz para todos os alunos. Nessas escolas, as crianças aprendem umas com as outras. Crianças sem deficiência aprendem a reconhecer e valorizar as diferenças entre seus colegas. Os desafios de viver em sociedade, desafios da integração, faz com que a pessoa com alguma deficiência prove que pode fazer, produzir, viver e amar com competência, desejando isso de maneira legítima e apaixonada.

Independente do grau da deficiência e das condições materiais sempre é possível implantar ações e programas que estimulem a autonomia e integração da pessoa deficiente. Crianças com deficiência aprendem a conviver e a lidar com a deficiência em um ambiente novo, fora do círculo familiar ao qual estão acostumadas. Essa convivência vai trazer muitos benefícios para seu futuro, pois a escola, como um recurso da comunidade, representa a sociedade tal como ela é.

Uma escola inclusiva se caracteriza por aceitar, respeitar e valorizar alunos com diferentes características: meninos e meninas, altos e baixos, gordos e magros, pobres e ricos, negros, brancos, índios, cegos, surdos, em cadeira de rodas, usando lupa, usando calçado ortopédico, usando aparelho no ouvido, com doença crônica, católicos, protestantes, evangélicos e outros. Uma escola construída sob o princípio da educação como direito de todos os cidadãos, é um objetivo a ser alcançado pela luta por uma escola pública gratuita e de qualidade. A educação inclusiva é uma oportunidade ímpar para todos.

Para Dr Zan Mustacchi:

“Trata-se de uma experiência humana de dignidade, respeito, tolerância e solidariedade, além da aprendizagem mútua para os mestres e os alunos “normais”, ou seja, sem deficiência. Isso diferenciara, no futuro, o comportamento entre um adulto que teve a oportunidade de conviver, na infância, com uma criança com deficiência e outro que não teve a mesma oportunidade. Todos aprendem e ganham muito com a inclusão. Basta ver o relato, através da mídia, dos profissionais de educação que tem participado desta experiência pelo Brasil afora”.

(Dr. Zan Mustacchi, 1996)

Uma escola inclusiva deve garantir, também, condições para que as crianças possam se locomover em todos os ambientes, providenciando a construção de rampas ou elevadores para acesso, inclusive aos pisos superiores, de banheiros adaptados para acomodação de cadeiras de rodas, colocação de corrimãos, instalação de piso antiderrapante, sinalização para

alunos com baixa visão e para alunos surdos. Investir e acreditar que é possível estimular e preparar para enfrentar a vida de maneira autônoma.

Não se pode aceitar que uma criança com deficiência seja simplesmente colocada no mesmo espaço que as demais, sem que a escola se preocupe em atender suas necessidades educacionais especiais. Ao mesmo tempo em que freqüentam a classe comum, os alunos têm direito a um apoio pedagógico especializado, em outro horário. Têm direito, também, aos recursos materiais e pedagógicos para facilitar e garantir o aprendizado do currículo escolar. De obstáculo em obstáculo, de barreira em barreira, o portador de deficiência precisa sempre se superar para conquistar na vida o que as demais pessoas conseguem com menor esforço.

Não há solução pronta para ensinar, dizendo para nós, faça assim que dará certo, nós temos hipóteses, então temos que ir para prática, checamos essas hipóteses, verificamos se funciona, se funciona, amanhã diante de situações semelhantes aplicamos o mesmo método, o mesmo procedimento, se não funciona temos como retroagir, repensar e rediscutir.

Que tipo de escola queremos? Uma escola de adequação ao mundo existente, a sociedade existente ou uma escola que contribua para superação dessa realidade do mundo, da sociedade brasileira em que nós estamos. Mais do que nunca, é preciso que os professores sejam qualificados, preparados para trabalhar com pessoas com qualquer dificuldade, mas sempre existem argumentos contra o treinamento de especialistas, pelas restrições financeiras. A dificuldade não se limita aos deficientes mentais. Por isso é preciso avançar nos questionamentos indagando sobre como se pretende utilizar as habilidades ensinadas e adquiridas pelas crianças.

7. O LÚDICO

A criança aprende com o lúdico, independente se tem ou não alguma deficiência. Quando criança é ensinada com jogos e brincadeiras, mas quando cresce é inserida em uma sala de aula despreparada para atendê-los, daí é que surgem as grandes dificuldades. Devemos ter em mente que se continuarmos ensinando de maneira diversificada, o aluno irá aprender com mais facilidade.

De um transmissor de informação, o professor passou a ser um facilitador do processo de aquisição de conhecimento. Este procedimento implica que a informação precisa ser contextualizada, refletida e muitas vezes completada para que a informação se transforme em conhecimento. Esta é uma nova competência do professor e da escola. A educação inclusiva promove a heterogeneidade em lugar da homogeneidade, a construção de saberes em lugar da mera transmissão, a promoção do sucesso para todos em lugar da seleção dos academicamente mais aptos e a cooperação em lugar da competição.

O ambiente lúdico escolar pode constituir-se num elemento importante para o ensino, pois é uma das principais atividades infantis e nela são construídas as capacidades e potencialidades da criança. Segundo Vygotsky (1999, p. 109), “[...] é enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento de uma criança. É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, dependendo das motivações e tendências internas [...]”. Ao brincar, há o desenvolvimento do corpo e, principalmente, da mente. A criança demonstra e representa o que gostaria de ser, expressando a sua criatividade.

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um “ensino diversificado”, para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. Para que se possa montar um plano de trabalho para esse atendimento, não é tão importante para o professor saber o que o aluno “não sabe”, quanto saber o que ele já conhece de um dado assunto.

A educação da criança é uma atividade complexa, pois exige adaptações de ordem curricular que requerem cuidadoso acompanhamento dos educadores e pais. Em sala de aula, trabalhar o mesmo conteúdo curricular de forma diversificada pode ser facilitado quando utilizado o lúdico para a formação dos alunos. Sabendo utilizar o brincar a favor da educação, o brincar se transforma em aprender, o construir se transforma em conhecimento, e cada um passa a ser valorizado pelo que faz. Por meio de jogos e brincadeiras, os alunos ultrapassam

seus limites e aprendem a pensar. Desenvolvendo o fascínio de aprender e fixar conteúdos por meio das brincadeiras.

Não existe um caminho específico que seja considerado o melhor para o ensino de qualquer disciplina. Vários são os recursos e as propostas que o educador pode escolher, com base em sua prática, em sua vivência e em sua experiência, para que a aprendizagem ocorra com bons resultados.

Por meio de jogos, os alunos aprendem a se integrar e a interagir no meio social do qual fazem parte, desprendendo-se aos poucos do egocentrismo, relacionando-se melhor com os colegas, respeitando suas divergências, suas opiniões, enfim, valorizando os colegas como eles são, dessa forma, aprendem também a se conhecer melhor, percebem que têm limites e que esses limites, quando bem trabalhados, refletem no respeito mútuo. Os jogos contextualizados levam à reflexão, à compreensão e, conseqüentemente, ao conhecimento, promovendo assim o desenvolvimento do raciocínio lógico.

Para Miguel de Guzmán:

O interesse dos jogos na educação não é apenas divertir, mas sim extrair dessa atividade matérias suficientes para gerar um conhecimento, interessar e fazer com que os estudantes pensem com certa motivação.

(Miguel de Guzmán, 1986)

A utilização de jogos é imprescindível quando se deseja criar um ambiente estimulador e socializador, favorável ao surgimento de confiança, segurança e respeito mútuo, no qual o papel do educador é o de levar o aluno a estruturar sua personalidade e raciocinar logicamente, ser independente e crítico, ser coerente em seus atos, ter iniciativa e aumentar sua auto-estima.

Muitos fatores interferem na aprendizagem dentro da sala de aula. Estímulos, espaço físico, metodologias de ensino escolhidas adequadamente, predisposição a aprender, ambiente tranquilo, criatividade, capacitação e preparo do docente, iniciativa, entre outros fatores, influenciam na aprendizagem dos alunos. Não existe um método de ensino considerado o melhor, pois um completa o outro. São várias as propostas de ensino que os professores tem acesso para a melhoria da educação.

8. METODOLOGIA

A pesquisa foi descritiva e explicativa, pois tem como objetivo a inclusão de pessoas com deficiência, instigando o respeito pelas diferenças e mostrando a importância do lúdico no desenvolvimento do raciocínio.

O estudo é bibliográfico, pois tem o intuito de fundamentar os objetivos. A metodologia utilizada para a formulação do referido estudo foi pesquisa bibliográfica com natureza de resumo de assunto, que busca estruturar o conhecimento científico, com buscas via internet, livros e artigos especializados no assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida dos familiares é transformada com o nascimento de uma criança com deficiência, as dificuldades no desenvolvimento intelectual, pessoal e social trazem grandes desafios principalmente para os pais dessas crianças, que é dificultada pelo preconceito da sociedade. Devemos nos conscientizar para defender o direito de todos de viver com igualdade, onde respeitemos as diferenças.

O impedimento da aprendizagem está em função da relação entre as pessoas com deficiência e seu ambiente, visto que em um ambiente motivador, a criança estimulada consegue se desenvolver, claro que cada uma em sua individualidade e tempo. Para facilitar o desenvolvimento da criança com deficiência, deve ser usado um meio contextualizado. Para que a informação se transforme em conhecimentos os jogos, brinquedos, tecnologias e recursos multifuncionais exercem uma enorme influencia, pois desenvolvem o corpo e a mente, transformando o brincar em aprender.

Quebrar as barreiras do preconceito e da discriminação por meio da informação e da formação significa promover a inclusão de todas as pessoas na família, na escola, no mundo do trabalho e na comunidade. É preciso conscientizar a sociedade, as famílias e principalmente as próprias pessoas com alguma deficiência, para que elas possam reivindicar o respeito a esses direitos. A pessoa com deficiência é um benefício para todos porque aponta e promove valores que fazem à sociedade mais digna de chamar-se humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adaptado do Manual da Mídia Legal, publicado pela Escola de Gente, <http://www.escoladegente.org.br/> [28/07/2010]

Batista, Cristina Abranches Mota; Batista, Cristina Abranches Mota; Montoan, Maria Teresa Egler. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2. ed.] / – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

Castro, Juliana. **Dança para deficientes**. Brasília; Instituto de Dança Juliana Castro Disponível em: <http://www.julianacastro.com.br/> [13/07/2010]

Cunningham. Instituto Brasileiro de Educação. **Necessidade específicas e inclusão social**. ano 2010

Decreto – Luiz Inácio Lula da Silva, Brasília, 17 de setembro de 2008, 187º da independência e 120º da República.

Dr. Mustacchi, Zan. **Palestra sobre inclusão das pessoas com Síndrome de Down - Faders..** Disponível em:
<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=noticias&cod=906>
[19/07/2010]

Educação Inclusiva: v. 1: a fundamentação filosófica / coordenação geral SEESP / MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

Educação inclusiva: v. 2: o município / coordenação geral SEESP / MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

Educação inclusiva: v. 3: a escola / coordenação geral SEESP / MEC: organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2004.

Educação Inclusiva: v. 4: a família / coordenação geral SEESP / MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

Ensaaios pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

Gomes, Adriana L. Limaverde... [et al.]. **Deficiência mental** - São Paulo: MEC/ SEESP, 2007. Atendimento educacional especializado.

GUZMÁN, M. de. **Aventuras Matemáticas.** Barcelona: Labor, 1986

Inclusão: Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial. v. 1, n. 1 (out. 2005). – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

Mancini, Eduardo José; Deliberato, Débora. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa.** [2ª ed.]– Brasília: [MEC, SEESP], 2006. 52P.: il.

Manzini, Eduardo José; Deliberato, Débora. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa.** [2. ed.]. – Brasília: [MEC, SEESP], 2006.

Parâmetros curriculares nacionais: **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

Paula, Ana Rita de; Costa, Carmen Martini. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.** – reimpressão -. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

Paulon, Simone Mainieri; Freitas, Lia Beatriz de Lucca; Pinho, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. [2. ed.] / coordenação geral SEESP / MEC. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla. – 2. ed. rev. – Brasília: MEC, SEESP, 2003.

Saberes e práticas da inclusão: introdução / coordenação geral – Francisca Roseneide Furtado de Monte, Idê Borges dos Santos – reimpressão, Brasília: MEC / SEESP, 2004.

Siaulys, Mara O. de Campos. **Brincar para todos.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **O desenvolvimento psicológico na infância.** Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Werneck, Claudia. **O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano** - 5
Direitos Humanos Iguais na Diferença. Disponível em: <http://www.teia2008.org/?q=node/180>
[15/06/2010]